

Entrando no Século XXI: Reflexões & Sugestões

Aluizio Belisário

Artigo 12 - Decreta-se que nada será obrigado nem proibido. Tudo será permitido, sobretudo brincar com os rinocerontes e caminhar pelas tardes com uma imensa begônia na lapela. Só uma coisa fica proibida: amar sem amor.

Estatutos do Homem - Thiago de Mello

O verso de Thiago de Mello procura dar o mote não apenas da presente Palestra, mas o norte dos caminhos a serem adotados na construção de um novo mundo, onde as relações sociais podem deixar de ser predominantemente baseadas na proximidade ou presença física e se construir em nos chamados “espaços virtuais”, um caminho que precisa ser traçado com absoluta liberdade de pensamento.

Como ponto de partida para uma reflexão sobre a **Extensão Universitária**, tomemos inicialmente o que afirma o PNUD em seu Relatório de 2005:

Segundo o Relatório do PNUD¹ sobre Índice de Desenvolvimento Humano, a forma de combate à pobreza, que possibilite ao pobre assumir autonomamente seu destino, pode ser organizada em três dimensões: a assistência social, a inserção no mercado e; a cidadania; sendo esta última, a mais importante, destacando nela, a importância do desenvolvimento de uma consciência crítica e da capacidade de organizar-se politicamente de modo a “transformar-se no sujeito da própria história e arquitetar e tornar possível um projeto alternativo de sociedade” e, para tal, o Relatório alerta, ainda, “para a necessidade de acesso à informação, à comunicação social e ao cultivo de identidades e de oportunidades culturais”; o que leva ao reconhecimento da importância da educação e da cultura num processo de superação de situações de dominação política, social e econômica.

Cumprido, neste momento, destacar os aspectos ligados à cultura, que contribuem sobremaneira para a reprodução desta sociedade dividida, entre outros fatores, pela tecnologia, podendo se dizer que é ao mesmo tempo sua causa e consequência, pois, como afirma Castells (2001), “não existem revoluções tecnológicas sem transformação cultural”², ao mesmo tempo em que não podemos negar o papel da tecnologia na conformação da cultura de uma sociedade.

Considerando a cultura como um dos elementos fundamentais, no processo de dominação e, entendendo ainda que as ações do aparelho cultural, embora cumpram o papel de garantir a manutenção e reprodução da ideologia dominante e, conseqüentemente, da estrutura socioeconômica dominante, também podem levar ao questionamento desta estrutura de dominação, é evidente a necessidade de se atuar neste campo, em busca da superação das situações de dominação vigentes.

Assim, torna-se necessário o acesso dos setores dominados ao seio da cultura da sociedade em rede, como um dos instrumentos a serem utilizados na superação da situação de dominação existente na sociedade, num processo que pode ser denominado de “**alargamento cultural**”, no qual é absolutamente necessário que os aspectos, processos, crenças, etc. destes grupos também sejam levados aos grupos hegemônicos – ou seja, o processo de alargamento cultural deve ocorrer em via de mão dupla.

Aqui parece importante lembrar o que nos afirma Milton Santos (2003):

“Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos, as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação

¹ PNUD (2005) p. 44

² CASTELLS (2001). p. 154.

são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle.”³

Pensar em uma sociedade mais justa implica em trilhar um caminho que conduza à modernização, com base em um sistema produtivo que não se caracterize pela acumulação selvagem de capital, resultante de um processo violento de espoliação de valor do trabalho e, conseqüentemente, de desprezo pelo homem, mas sim, baseado em um sistema produtivo que não apenas respeite o homem como elemento fundamental desse sistema, mas principalmente, que o trate como o objetivo central do processo.

Para tal, é necessário construir uma sociedade cujo fundamento ético seja o respeito à dignidade humana, o que implica, obviamente, na adoção de políticas de distribuição de riquezas coerente com o desenvolvimento produtivo, as quais permitam à sociedade como um todo, e não apenas a uma reduzida parte desta, se beneficiar do esforço coletivo.

Falar em distribuição de riquezas evoca, inicialmente, a ideia de melhor remuneração do trabalho, distribuição de lucros e outros mecanismos econômico-financeiros. Entretanto, tais mecanismos podem ser considerados como voláteis, à medida que podem se desvanecer com o tempo, enquanto outras formas de distribuição, que se processem através da educação e da cultura, tendem a ser permanentes em seus efeitos.

Daí a importância do desenvolvimento de um processo de “**alargamento cultural**”, no qual se destaca a necessidade de se criarem meios de acesso dos grupos oprimidos à cultura do grupo hegemônico e vice-versa, possibilitando aos primeiros, a partir do conhecimento desta cultura dominante e das interferências provocadas nesta, pela inserção de sua própria cultura, a realização de transformações sociais necessárias ao rompimento da dominação política, econômica, social e cultural.

Uma das conseqüências deste alargamento cultural, é o aumento da contribuição dos indivíduos para o desenvolvimento científico. Para Laraia⁴ (2006), as inovações e invenções são conseqüências de uma manipulação adequada e criativa de um patrimônio cultural desenvolvido através de um processo acumulativo, não bastando a existência de indivíduos altamente inteligentes para tal, sendo necessário que estes indivíduos tenham acesso a este material.⁵

***Exemplos sobre a importância da realização de uma troca de saberes entre dominadores e dominados:** no processo de construção das Usinas Nucleares brasileiras, em mais de uma ocasião houve problemas com o solo do local escolhido para sua instalação – Praia de Itaorna (que em linguagem indígena significa “pedra podre”...; um dos maiores aeroportos da América Latina (São Paulo), conhecido pelas dificuldades frequentes de teto, foi construído na localidade de Cumbica (que em linguagem indígena significa “nuvem baixa”...; muitas mulheres da Favela da Maré, no Rio de Janeiro, informaram em uma Pesquisa sobre métodos de controle da natalidade que se utilizavam de um limão, cortado ao meio e sem o conteúdo como método contraceptivo, combinando um método de “barreira” (casca do limão como diafragma), com um método químico (acidez do limão); em certa ocasião um grupo de pescadores do interior de São Paulo, deixou de fazer sua pescaria anual no Pantanal porque, mesmo tendo consultado os serviços de meteorologia que diziam que não haveria cheia na ocasião, porque o índio que lhes servia de guia*

³ SANTOS (2003), p. 38-39.

⁴ LARAIA (2006), p. 44 - 46

informara-lhes para não irem, porque o Pantanal sofreria (e efetivamente sofreu) com as cheias naquela ocasião (observara o movimento migratório das formigas).

Neste campo, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UERJ está implantando seu Projeto de Educação a Distância, onde se destaca a proposta de desenvolvimento e oferta de **Cursos Livres** a serem postos à disposição da comunidade em geral (interna e externa à Universidade), como parte de suas atividades de **alargamento cultural**, sem uma preocupação formal com capacitação e, assim, sem o desenvolvimento de atividades avaliativas, exigindo de seus participantes, apenas o cumprimento de atividades de interação, como forma de garantirem **Certificados de Frequência** aos Cursos.

Estes cursos, a serem elaborados e/ou conduzidos por **membros da comunidade acadêmica e também da comunidade externa à Universidade**, podem, assim, se constituírem em um forte instrumento de alargamento cultural, abrindo uma verdadeira integração da universidade com a sociedade que a mantém – no que pode vir a se constituir em uma verdadeira troca de saberes, necessária ao crescimento de ambos e, obviamente um dos elementos primordiais de um processo de inclusão social.

No campo da **Educação Universitária**, podemos levantar, para este debate, algumas questões que podem afetar sobremaneira as atividades de extensão aqui discutidas, tais como o conceito de “**presencial**”; do “**apoio tecnológico**” à educação e; da “**curricularização da extensão**”.

Com o advento das “novas tecnologias de informação e comunicação” e sua entrada massiva na educação e cultura, uma série de questões vem se colocando para os educadores de um modo geral, particularmente no que diz respeito à adoção da metodologia de educação a distância – agora, mais do que nunca, colocada em evidência face à necessidade de isolamento social devido à Pandemia que vivemos. Neste sentido parece urgente que se discuta com franqueza e sem pré conceitos e preconceitos o sentido do termo “**presencial**” – que surge na base destas discussões e uma das razões de conflitos de opinião entre educadores.

Estariam mais presentes os participantes de uma “aula” onde todos dividem o mesmo espaço de uma sala, em geral, de formato retangular com carteiras colocadas de forma enfileirada, preparada para uma plateia de “ouvintes” ou aqueles que se acomodam em uma sala semicircular, que as põe frente-a-frente numa disposição física adequada ao debate?

Estariam mais presentes os participantes de uma “aula” em que um número excessivo de estudantes são juntados por razões físicas, econômicas e financeiras, onde as possibilidades de interação se reduzam à eventual apresentação de questões pelos professores ou a curiosidade/interesse dos estudantes mais assertivos ou aqueles que, em número menor e que se lhes apresentem instrumentos/ferramentas especificamente voltadas para que a interação ocorra nos momentos mais adequados?

Enfim, estariam mais presentes os estudantes aglomerados nestas salas cheias, com horários muitas vezes difíceis de serem administrados e, arquitetonicamente construídas não para incentivar a interação, mas sim preparadas para uma assistência com uma relação quase que de “mão única ou, uma “Sala Virtual” com um número menor de estudantes e com a visualização e audição de todos indiscriminadamente e com a possibilidade de interação entre todos em tempo real ou mesmo de modo assíncrono?

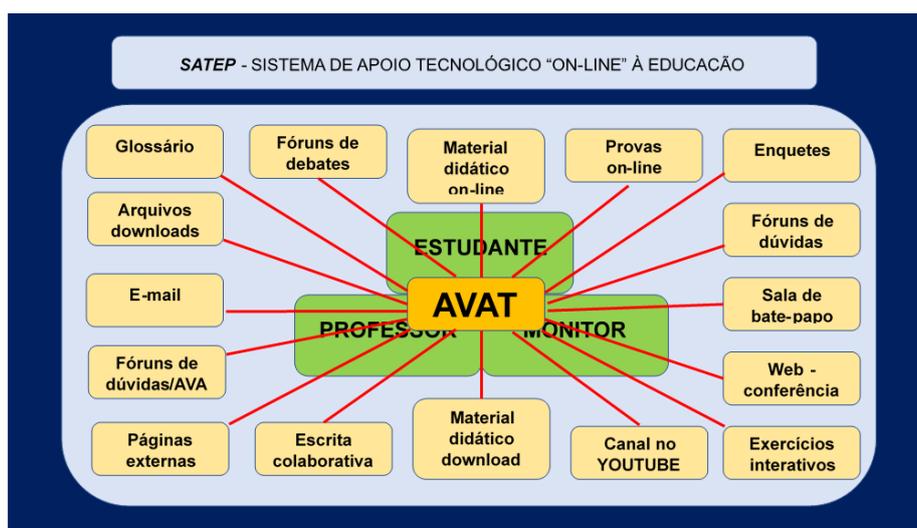
Por incrível que pareça a Pandemia tem mostrado que as “reuniões virtuais” podem ser tão ou mais intensas e interativas que reuniões de grandes grupos, como os reunidos em salas de aula.

Considerando a educação como um processo colaborativo de construção do conhecimento e as possibilidades de conjugação das “aulas presenciais”, sejam elas baseadas na presença física, sejam na presença virtual (virtual no sentido de não definição de um espaço físico de encontro), com um forte e amplo **Apoio Tecnológico**, em que, longe do temor de muitos professores, de que possam ser substituídos por robôs ou algo que o valha, sua importância se torna maior ainda, como educadores de fato, capazes de partilhar, interagir e orientar os estudantes; outras questões podem se colocar para a construção de uma educação que respeite e incorpore os aspectos culturais e sociais de uma nova sociedade em construção.

Aqui, é possível fazermos uma breve reflexão: a aprendizagem é o processo pelo qual o indivíduo transforma informação em conhecimento, exigindo, mais que a utilização de técnicas avançadas de

disponibilização de materiais didáticos e de ferramentas que garantam a interação; sendo necessário para que esta aprendizagem ocorra, não apenas a viabilização de processos educacionais interativos, de materiais didáticos dinâmicos e provocadores, ou da utilização intensiva de diversas mídias diferentes, mas que o estudante, de fato, possa participar do processo, não como um ouvinte atento ou um repetidor de conceitos ministrados pelos seus professores, mas como seu construtor. Tal participação só ocorre à medida que o estudante seja, de fato, incentivado a ler e reescrever este material através da interação com todos os atores do processo educacional, inserido em um projeto pedagógico que lhe liberte das cadeias do ensino tradicional, escolarizado e que permita a troca de saberes entre todos estes atores.

Como demonstração das possibilidades de interação, trazidas para o processo educacional pela adoção um **Ambiente Virtual de Apoio Tecnológico à Educação Presencial ou à Distância**, vejam um gráfico destas interações e um exemplo das comunicações que podem ser estabelecidas entre discentes e docentes.



Coordenadoria de Projetos Estratégicos de Extensão à Distância da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UERJ.



Coordenadoria de Projetos Estratégicos de Extensão à Distância da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UERJ.

Ou seja, talvez não caiba mais, nem mesmo a denominação “Educação a Distância” e sim **“Educação Mediada por Ambiente Virtual de Apoio Tecnológico”**, no qual, as atividades “presenciais” sejam complementadas pelas atividades desenvolvidas neste Ambiente.

Quanto à **“curricularização da extensão”**, tema que vem tomando destaque nas discussões universitárias, vale à pena citarmos um trecho da Minuta de Deliberação acerca dela, em elaboração, pela Reitoria da UERJ, que fala por si só:

“Art. 1º Esta Deliberação normatiza e estabelece os procedimentos pedagógicos e administrativos para as unidades acadêmicas procederem à inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação no âmbito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Entende-se por curricularização da extensão a inserção de atividades de extensão na formação do estudante como componente curricular obrigatório para a integralização do curso no qual esteja matriculado.

§ 1º As atividades a que se refere o caput deste artigo devem corresponder a, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso de graduação.

.....

Art. 3º As atividades de extensão a compõem o currículo dos cursos de graduação deverão reforçar a interação com a sociedade visando a impactos positivos nos âmbitos culturais, científicos, artísticos, educacionais, sociais, ambientais e esportivos, bem como a geração de emprego e renda, de consultorias técnicas, de assistência social, de empreendedorismo, de inovação e de projetos em consonância com as políticas públicas e com as demandas coletivas da sociedade e com vistas à troca de saberes, a compreensão da diversidade e da riqueza cultural, bem como o reconhecimento da extensão universitária como instrumento de transformação e de desenvolvimento social.

Como fica óbvio, este tema, tem uma ligação umbilical com a proposta de criação dos **Cursos Livres** no Programa de Educação a Distância da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UERJ, que avança em relação ao proposto, uma vez que o mesmo traz como destaque a possibilidade de compartilhamento de saberes entre a comunidade acadêmica e a sociedade como um todo, particularmente, com os “movimentos sociais organizados”, que poderiam interagir através da realização destes Cursos, ministrados por componentes destes “Movimentos”, por Servidores Técnico-Administrativos, Docentes e Discentes, caracterizando uma via de mão dupla, nas atividades extensionistas da Universidade.

Aqui, vale também a citação de um trecho da RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 ⁽⁶⁾ ⁽⁷⁾ da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, que, entre outras coisas, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e que fortalecem as propostas da Pró-Reitoria da UERJ:

“Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

⁶ Resolução CNE/CES 7/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49 e 50.

⁷ Retificação publicada no DOU de 18/2/2019, Seção 1, p. 28: Na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 19/12/2018, Seção 1, pp. 49 e 50, no Art. 6º, caput, onde se lê: “Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:”, leia-se: “Art. 6º Estruturam a concepção e a prática dos Princípios da Extensão na Educação Superior:”

Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.”

Ou seja, tanto no campo da educação como no da extensão universitária, a proposta que parece mais revolucionária é mesmo a criação de mecanismos que não apenas contribuam para uma melhor formação dos estudantes, através da utilização de um forte apoio tecnológico às atividades didático-pedagógicas, sejam elas “presenciais ou à distância” e que levem a produção universitária às comunidades externas, responsáveis pela própria existência das Universidades Públicas, mas principalmente, **que tragam estas Comunidades para o interior das Universidades, não para aprender, mas para ensinar!**

Faz escuro mas eu canto, porque a manhã vai chegar.
Vem ver comigo, companheiro, a cor do mundo mudar.
Vale a pena não dormir para esperar a cor do mundo mudar.
Já é madrugada, vem o sol, quero alegria, que é para esquecer o que eu sofria.
Quem sofre fica acordado defendendo o coração.
Vamos juntos, multidão, trabalhar pela alegria, amanhã é um novo dia.

Faz escuro mas eu canto - Thiago de Mello

Bibliografia

CASTELLS, Manuel. O informacionalismo e a sociedade em rede. In: Himanen, Pekka. A ética dos hackers e o espírito da era da informação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2006.

PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano – 2004. Lisboa. Mensagem – Serviço de Recursos Editoriais, Ltda, 2005.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.